

SOCIOLINGUÍSTICA





SOCIOLINGUÍSTICA

Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante

Olá a todos e todas, neste semestre trabalharemos com a disciplina de Sociolinguística. Daremos ênfase aos aspectos históricos de formação da área; seus principais pressupostos norteadores e conceitos-chave. Espero que aproveitem bem esta disciplina!



UNIDADE 1

UM POUCO DE HISTÓRIA

A partir de meados do século XX, a área da Linguística sofre mudanças significativas. É nesse momento que ocorre a chamada virada paradigmática. Isto é, os estudos linguísticos passam a se interessar não pelo sistema da língua em si, mas também pelo seu uso. Assim, surgem diversos campos de investigação que promovem uma relação interdisciplinar. Assim, a Linguística articula-se com a filosofia e com outras ciências humanas como a sociologia, a antropologia, a psicologia, a neurociência, a semiótica etc.

Para nós nesta disciplina interessa a articulação dos estudos da língua com os estudos sobre a sociedade. Tal junção permitiu o surgimento da Sociolinguística. Esta disciplina estuda as línguas na sua relação com as sociedades que as usam. Ela procura responder a questões do tipo “quem diz o quê?, onde?, quando?, como? e por quê?” Busca mostrar que toda e qualquer língua é constituída de diversas formas de uso, a depender de quem usa a língua, sua idade, o contexto social, etc.

Na perspectiva da Sociolinguística, o ser humano é por natureza plurilíngue (usa diversas línguas). E mesmo quando usamos nossa língua, esta se apresenta de diversos modos: por exemplo, em casa, usamos o idioma familiar; na escola, modificamos o nosso modo de usar a língua e interagimos com outras pessoas, colegas e professores, que trazem modos de usar a língua diferentes do nosso. Isto acontece em qualquer língua, seja ela o português brasileiro ou a LIBRAS.

As línguas então são um aglomerado de níveis de expressão, atestando que nenhuma comunidade é inteiramente homogênea. De fato, cada falante é, ao mesmo tempo, usuário e agente modificador de sua língua, nela imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara.

Vamos então entender e conhecer um pouco da história da Sociolinguística!

BREVE HISTÓRICO DA SOCIOLINGUÍSTICA

O termo “Sociolinguística” apareceu pela primeira vez em 1953, num trabalho de Haver C. Currie. O estudo dessa disciplina desenvolveu-se nas décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos, e o interesse despertado pela pesquisa deve-se:

- a. à grande divulgação dos estudos de comunicação,
- b. à necessidade de maior aproximação com outros povos, ou de conhecimento melhor da própria comunidade e
- c. à divulgação dos estudos de Sociologia e Linguística.

O ano-chave para o surgimento da Sociolinguística nos Estados Unidos é 1964, com a publicação de livros de Gumperz, Labov, Hymes e a conferência de William Bright em Los Angeles.

Segundo Bell (1976, p. 28 apud ELIA, 1987, p. 65): “[...] a Sociolinguística (distinta da Sociologia da Linguagem) estaria enriquecida com dados de natureza social, o que lhe permitiria ir além da frase, no sentido de uma gramática da interação falante/ouvinte.”

A Sociolinguística enfrenta o desafio de tentar processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua na sua modalidade oral e/ou gestual. Podem ser chamados de sociolinguistas todos aqueles que entendem por língua um sistema de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana (Tarallo, 1982).

Entre sociedade e língua não há uma relação de mera casualidade. Desde que nascemos, um mundo de signos linguísticos nos cerca, e suas inúmeras possibilidades comunicativas começam a tornar-se reais a partir do momento em que, pela imitação ou associação, começamos a formular nossas mensagens. Sons, gestos e imagens cercam a vida do homem moderno, compondo mensagens de toda ordem, transmitidas pelos mais diferentes canais. Em todos, a língua desempenha um papel fundamental, seja ela visual, oral ou escrita.

Desse modo, a corrente Sociolinguística, iniciada na década de 60, buscava desenvolver uma nova concepção do estudo da Linguística. A Sociolinguística ocupava uma posição central no processo de rompimento com a visão estruturalista da época. Isso fez com que a Sociolinguística



se tornasse uma das candidatas à sucessão do Estruturalismo como modelo hegemônico da ciência Linguística. A partir dessa contradição, surge não apenas a Sociolinguística, mas também outras duas correntes ou programas de pesquisa: a Etnografia da Fala e a Sociologia da Linguagem, capitaneadas respectivamente por Dell Hymes e Joshua Fishman.

Hymes destaca a importância da diversidade que caracteriza a dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico dentro do seu programa de pesquisa; ao passo que Fishman enfatiza a interação entre língua e sociedade. Sendo que nessas duas correntes, a língua deve ser entendida como forma verbal e comunicação social, institucionalizada por uma comunidade de usuários. De forma geral, essa nova disciplina tenta dar conta da dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico, ou seja, dos fatos concernentes à variação e à mudança Linguística e à interação entre a língua e a sociedade.

Assim, atribui-se à Sociolinguística o estudo das relações entre língua e sociedade. Aqui, língua deve ser entendida como um sistema de vários níveis integrados num todo historicamente estruturado. A Sociolinguística se ocupa, do estudo da possível incidência das forças sociais sobre os estratos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos das línguas.

Foi William Labov que voltou a estudar a relação entre língua e sociedade e na posição, virtual e real, de sistematizar a variação existente e própria da língua falada.

É William Labov quem inaugura os estudos desta nova disciplina em 1963, quando analisa o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts (EUA). Após esta pesquisa, várias outras surgiram: como a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova York (1966); a língua do gueto, entre outros.

Labov inaugura uma vertente de estudos de orientação anti-saussuriana, ou seja, contrária à corrente dominante e que deu origem ao Curso de Linguística Geral. Assim, ao invés da *langue* - língua, como fez Saussure, Labov centra seus estudos na *parole*- fala/uso. E ainda enfoca o estudo da fala/uso de um ponto de vista social e não individual.

ATENÇÃO!

Para relembrar esta discussão langue/parole proposta por Saussure, sugiro vocês reverem o material da disciplina Teorias Linguísticas do semestre passado!



A língua então funciona como elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua. É através dela que a realidade se transforma em signo, pela associação de significantes sonoros e significados arbitrários, processando, assim, a comunicação Linguística. Preti (1977, p. 2) afirma que a sociedade não é possível a não ser pela língua; e pela língua também o indivíduo.



UNIDADE 2

UMA NOVA NOÇÃO DE LÍNGUA: VARIAÇÃO E MUDANÇA

Diferente das propostas vigentes nas teorias Linguísticas da época (meados do século XX), em que a língua seria um sistema homogêneo, unitário; a Sociolinguística propõe a visão de língua como um sistema heterogêneo e plural. Isto é, a língua se apresenta de diversas formas a depender do uso feito pela comunidade Linguística. O fundamental dessa nova proposta se insere num entendimento novo da estrutura Linguística. A especulação Linguística a partir de uma visão de estrutura Linguística como homogênea pelos estruturalistas e gerativistas é considerada ineficaz por não ser compatível com a realidade; para os chamados sociolinguistas americanos, a estrutura é intrinsecamente heterogênea, e heterogeneidade e estrutura não são incompatíveis, ao contrário, são necessárias para o funcionamento real de qualquer língua.

Objeto da Sociolinguística

As pesquisas na área de Sociolinguística são feitas por entrevistas e/ou amostragem. O objeto da Sociolinguística é a língua falada/sinalizada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade Linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas a respeito dos usos linguísticos.

Uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

O uso da língua depende de diversas variáveis: contextuais – situação de uso, estilísticas – jeito próprio do falante/usuário, etárias – cada idade tem um modo próprio de usar a língua, sociais – as diversas camadas sociais apresentam usos também específicos.

Segundo Tarallo (2002, p. 8), variantes Linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor. **A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável Linguística.**

Para se fazer um levantamento sobre as variáveis Linguísticas numa língua, deve-se seguir os seguintes passos:

1. Um levantamento exaustivo de dados de língua falada para fins de análises, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade;
2. Descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que a constituem;
3. Análise dos possíveis fatores condicionadores (linguísticos e não-linguísticos) que favorecem o uso de uma variante sobre a(s) outra(s);
4. Encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade: em que nível linguístico e social da comunidade pode ser colocado;
5. Projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade. A variação não implica necessariamente mudança Linguística.

Variedades Linguísticas

Os estudos da Sociolinguística podem ter alcances diversos, a depender dos seus objetivos, pode descrever a fala da cidade de Nova York, de uma comunidade do Rio de Janeiro, dos estudantes de informática ou dos surfistas.

Ao estudar qualquer comunidade Linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidades ou da variação. Toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar/sinalizar – chamadas variedades Linguísticas.

O conjunto de variedades Linguísticas utilizado por uma comunidade é chamado de **repertório verbal**. Qualquer língua, falada/sinalizada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações. Nenhuma língua apresenta-se como entidade homogênea, todas são representadas por um conjunto de variedades.



Língua e variação são inseparáveis: a Sociolinguística encara a diversidade da Linguística não como um problema, mas como qualidade constitutiva do fenômeno linguístico. Qualquer tentativa de buscar apreender apenas o invariável, o sistema subjacente – se valer de oposições como “língua e fala” ou “competência e desempenho” – significa uma redução na compreensão do fenômeno linguístico. O aspecto formal e estruturado do fenômeno linguístico é apenas parte do fenômeno total.

Todas as línguas do mundo são sempre continuções históricas – gerações sucessivas de indivíduos legam a seus descendentes o domínio de uma língua particular. As mudanças temporais são parte da história das línguas.

No uso corrente do dia a dia, as variações observadas na língua são relacionáveis a fatores diversos: dentro de uma mesma comunidade de fala, pessoas de origem geográfica, de idade, de sexo diferentes falam distintamente. Assim o fato de em uma determinada região, ser de uma classe social e falar/sinalizar de uma certa maneira é uma demonstração da variação presente na língua.



Vamos pensar em exemplos de palavras/expressões/sinais típicos de nossa comunidade Linguística que caracteriza o grupo ao qual pertencemos. Na plataforma moodle há uma atividade específica para isso!

A partir de agora veremos como os tipos de variedades Linguísticas existentes.

As variedades Linguísticas podem ser:

Varição Diatópica ou Geográfica – relaciona-se a diferenças Linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas.

Ex. Brasileiros e Portugueses. Pessoaenses e gauchos. Surdos pessoaenses e surdos recifenses.

Variação Diastrática ou Social – relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Classe social, idade, sexo e situação ou contexto social são fatores que estão relacionados às variações de natureza social.

Ex. Classe social – um advogado e um ambulante possuem linguagens diferentes.

Idade – o uso de léxico particular, como presente em certas gírias (“maneiro”, com sentido de uma avaliação positiva) denota uma faixa etária mais jovem.

Sexo – o uso freqüente de diminutivos, como “bonitinho”, costumam ocorrer na fala feminina.

Situação ou contexto social – qualquer pessoa modifica a sua fala/sinal, de acordo com o(s) seu(s) interlocutor(es) – se este é mais velho ou hierarquicamente superior, ou ainda, segundo o lugar em que se encontra: um bar ou uma conferência. Todo falante varia sua fala/sinal segundo a situação em que se encontra.

Cada grupo social estabelece um contínuo de situações cujos pólos extremos e opostos são representados pela formalidade e informalidade.

Ex. A situação da defesa de uma tese de mestrado e a comemoração que ocorre à aprovação, envolvendo as mesmas pessoas.

As variedades Linguísticas utilizadas pelos participantes das situações devem corresponder às expectativas sociais convencionais. Aprende-se a falar/sinalizar na convivência, aprendemos quando devemos falar/sinalizar de um certo modo, quando devemos falar/sinalizar de outro e, ainda, quando devemos ficar em silêncio. Isto, porque os membros de qualquer comunidade adquirem lenta e inconscientemente as competências comunicativa e Sociolinguística, com respeito ao uso apropriado da língua.

Mudança Metafórica – é uma interação social particular em que o indivíduo decide mudar de variedade Linguística sem que tenha ocorrido mudança de situação.

Ex. “Aonde a senhora pensa que vai?”, pergunta o pai à filha. O pronome de tratamento “senhora” está carregado de ironia.

Variações Estilísticas ou Registros – são as variações Linguísticas relacionadas ao contexto, ocorrem quando os indivíduos diversificam sua fala/sinal, usam estilos ou registros distintos, em função das circunstâncias em que ocorrem suas interações verbais.



Os indivíduos adequam suas formas de expressão às finalidades específicas de seu ato enunciativo, sendo que tal adequação decorre de uma seleção dentre o conjunto de formas que constitui o saber linguístico individual, de um modo mais ou menos consciente. A seleção de formas envolve, naturalmente, um grau maior ou menor de reflexão por parte do indivíduo: o uso do estilo formal, em relação ao informal requer uma atuação mais consciente.

As variedades Linguísticas e a estrutura social

Em qualquer comunidade de fala podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades Linguísticas. Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades Linguísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais.

Em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. “Uma variedade Linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” Gnerre.

É evidente a existência de variedades de prestígio e de variedades não prestigiadas nas sociedades em geral. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos dos linguísticos dos grupos socialmente dominantes. Na tradição ocidental – a variedade padrão.

Variedade padrão – representa o ideal de homogeneidade em meio à realidade concreta da variação Linguística - algo que por estar acima do corpo social, representa o conjunto de suas diversidades e contradições.

A variedade padrão não detém propriedades intrínsecas que garantem uma qualidade “naturalmente” superior às demais variedades. A padronização é historicamente definida: cada época determina o que considera como forma padrão. O que é padrão hoje pode tornar-se não padrão, e o que é considerado não padrão pode ser estabelecido como padrão.

Ex. “dereito”, “despois”, “frecha”, “premeiramente”, são encontradas na carta de Pero Vaz Caminha, de 1500. E “frauta”, “escuitar”, “intonce” em Os Lusíadas, de Camões, de 1572. Falar em

línguas “simples”, “inferiores”, “primitivas”, para a Linguística não tem nenhum fundamento científico. Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos.

Se uma determinada sociedade necessitar de um léxico específico, pode ser feito um empréstimo linguístico ou pode ser criada uma nova palavra em função do novo conceito.

Os aspectos gramaticais apresentam-se sempre como sistemas organizados e coerentes de regras. Uma língua não é homogênea, é produto de sua história e de seu presente, não existem línguas nem variedades “inferiores”. “Julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”. As avaliações sociais feitas em relação a uma língua se baseiam em critérios não linguísticos: são julgamentos de natureza política e social. Não é casual, portanto, que se julgue “feia” a variedade dos falantes da zona rural, de classe social baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas.

Para a Sociolinguística as diferenças Linguísticas observáveis nas comunidades em geral são vistas como um dado inerente ao fenômeno linguístico. Preconceito Linguístico – é a não aceitação da diferença Linguística, é um comportamento social facilmente observável. Ocorre com a rejeição a certas variedades, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem conflito pelo senso comum.

Existe sempre um conjunto de variedades Linguísticas em circulação no meio social. Aprende-se a variedade a que se é exposto, e não há nada de errado com essas variedades. Os grupos sociais dão continuidade à herança Linguística recebida.

Os grupos situados embaixo na escala social não adquirem a língua de modo imperfeito não deturpam a língua “comum”. Pensar que a diferença Linguística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais. Trata-se sempre de impor a cultura dos grupos detentores do poder aos outros grupos – e a língua é um dos comportamentos do sistema cultural.



Cabe aos usuários das variedades não-padrões adotar a variedade socialmente aceitável – pelo menos, em certas circunstâncias, como em situação de fala pública ou durante uma entrevista de emprego. Por que aprender outro modo de falar? Onde adquirir este outro modo de falar? A motivação para falar de um outro modo é sempre social, e isso pode ser produzido pela escola, ou pela experiência social.

A Sociolinguística estuda a língua em toda a sua variedade. Ela considera a variação Linguística um fato que deve ser explicada: Quais são as formas de variação? Quais são as causas da variação? Quais são as funções de tanta variação nas línguas? Qual é a relação entre essa variedade e o uso social que é feito da língua?

A mudança, ao contrário, pressupõe a evidência de estado de variação anterior, com a resolução de morte para uma das variantes.

Mudança Linguística

Atribuições históricas têm feito com que numerosos povos mudem de língua no curso dos tempos. A adoção de um idioma novo acarreta o esquecimento, a morte do antigo, que as novas gerações vão progressivamente desprezando. São, de fato, os povos que, seduzidos pelo superior prestígio de uma outra língua, adotam-na em prejuízo daquela que haviam recebido dos antepassados.

A mudança da língua é um fenômeno muito complexo. A morte de uma delas é precedida de um período de bilinguismo – presença de duas línguas, mais ou menos longo, em que se trava árdua luta pela supremacia. O que decide a vitória é o prestígio que decorre de: valor utilitário, glória literária e situação social dos falantes (cf. SILVA NETO, 1957). Pouco a pouco, o que menos satisfaz essas condições vai sendo falada por um número cada vez menor de pessoas e acaba por ser relegada ao uso das camadas sociais inferiores. Logo a língua é totalmente esquecida nos centros urbanos e o seu emprego se limita a círculos rurais cada vez mais afastados. Finalmente chega o dia em que morre a última pessoa capaz de entendê-la.

UNIDADE 3

FAMÍLIAS DE LÍNGUAS

Para começar!

Você sabe quantas línguas há no mundo? Será que a língua tem uma relação direta com o país/nação? Que tal pesquisar sobre isso? Há uma atividade no moodle específica sobre isso, acesse!

Uma **família de línguas** é um grupo de línguas aparentadas historicamente e que parecem derivar de uma língua mais antiga que, por diversificação dialetal, deu lugar a diferentes línguas, normalmente ininteligíveis entre si. Em sentido estrito, uma família de línguas é agrupamento de línguas que derivam de um ancestral comum.

Reconhecimento do parentesco

Os estudos comparativos mediante os métodos da linguística histórica têm permitido provar que a maioria das línguas não estão isoladas, elas formam grupos ou famílias,. O estudo de muitas famílias tem permitido reconstruir as diversas protolínguas ou línguas ancestrais.

O ancestral comum à maioria de famílias não é conhecido ou conhecido só de forma direta em poucas ocasiões, já que o registro histórico da maioria das línguas é muito curto. No entanto, é possível recuperar muitas das características do ancestral comum de línguas relacionadas aplicando o método comparativo – um procedimento de reconstrução desenvolvido no século XIX pelo linguista August Schleicher.

As famílias de línguas podem ser subdivididas em unidades menores, normalmente denominadas ramos (a história de uma **família de línguas** representa-se frequentemente como uma árvore).



O ancestral comum de uma **família** (ou um **ramo**) conhece-se como "protolíngua". Por exemplo, a protolíngua reconstruída da bem conhecida família indoeuropea é o protoindoeuropeu (desta língua, no entanto, não se conservam restos escritos, já que foi usada antes da invenção da escrita).

Algumas línguas da família indo-européia

Grande Família: Indo-Europeu

Família: línguas germânicas

Línguas: alemão, dinamarquês, holandês, inglês, norueguês, sueco

Família: línguas românicas

Línguas: catalão, espanhol, francês, italiano, português

Família: línguas célticas

Línguas: irlandês, gaélico escocês, galês, bretão

Família: línguas helênicas

Línguas: grego

Família: línguas eslávicas

Línguas: croata, polonês, russo, tcheco

Família: línguas indo-arianas

Línguas: bengali, hindi, nepali

No caso das línguas de sinais temos o seguinte:

Entre as línguas de sinais também podem se estabelecer conexões históricas. Assim, por exemplo, a moderna língua de sinais francesa, a língua de sinais norte-americana e a língua de sinais mexicana têm evoluído a partir de variantes da mesma língua: a antiga língua de sinais francesa (usada pela comunidade de surdos de Paris durante o século XVIII). Já a língua de sinais britânica não tem parentesco com a língua de sinais norte-americana, ainda que os britânicos e os norte-americanos ouvintes usem variantes do inglês. Isto é, um usuário de língua de sinais norte-americana terá menos dificuldade para comunicar-se com um usuário de língua de sinais francesa que com um usuário de língua de sinais britânica.

Famílias conhecidas de línguas de sinais:

- **Baseadas na Língua Francesa de Sinais (LSF).** Línguas originadas na antiga língua de sinais

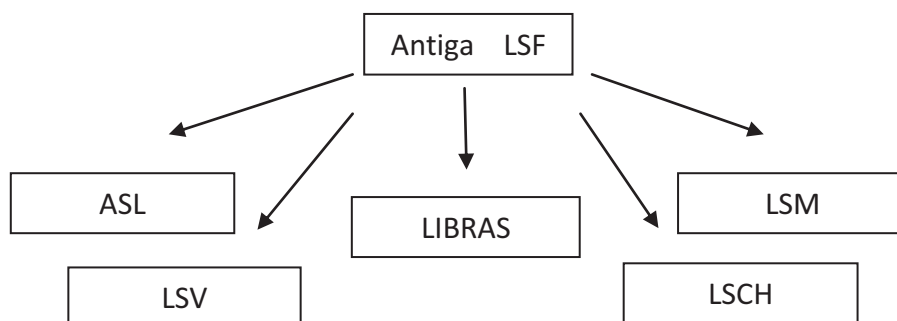
francesa, da que derivam a moderna língua de sinais francesa (LSF), a língua de sinais americana (ASL), a língua brasileira de sinais (LIBRAS), a língua de sinais mexicana (LSM), a língua de sinais venezuelana (LSV), a língua de sinais italiana (LIS), a língua de sinais da Irlanda (IRSL), a língua de sinais chilena (LSCH) e as línguas de sinais ibéricas: a língua de sinais espanhola (LSE), a língua de sinais catalã (LSC).

O mapa a seguir ilustra a trajetória das línguas:



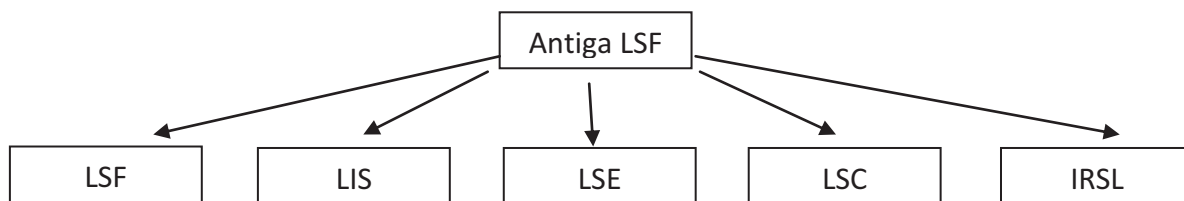
Fonte: <http://planetageo.sites.uol.com.br/fmapas.htm>

O fluxograma 1 demonstra esta relação de parentesco entre as línguas no continente americano:



O fluxograma 2 demonstra a relação de parentesco entre as línguas no continente europeu:



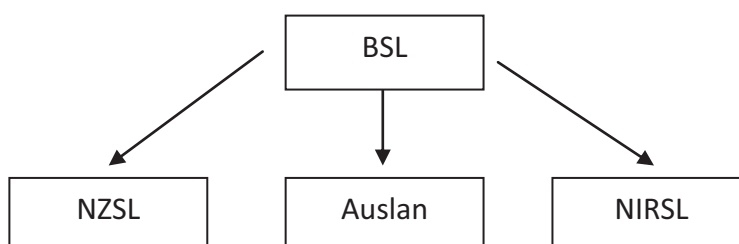


- **Baseadas na Língua Britânica de Sinais (BSL).** Línguas originadas na língua de sinais britânica (BSL), que se diversificou durante o século XIX dando lugar à língua de sinais australiana (Auslan), a língua de sinais de Nova Zelandia (NZSL) e a língua de sinais da Irlanda do Norte (NIRSL).



Fonte: <http://planetageo.sites.uol.com.br/fmapas.htm>

O fluxograma 3 demonstra a relação de parentesco entre as línguas originadas da BSL:

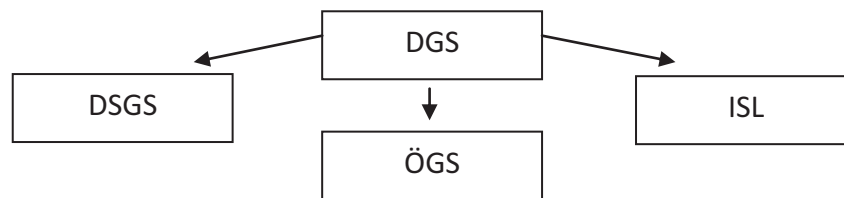


- **Baseadas na língua de sinais alemã (DGS).** Línguas originadas na língua de sinais alemã (DGS), que se considera relacionada com a língua de sinais da Suíça alemã (DSGS), a língua de sinais austríaca (ÖGS) e provavelmente a língua de sinais israelita (ISL).



Fonte: <http://planetageo.sites.uol.com.br/fmapas.htm>

O fluxograma 4 demonstra a relação de parentesco entre as línguas originadas da DGS:



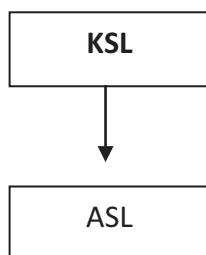
- **Baseadas na língua de sinais de Kent (KSL).** Línguas originadas na antiga língua de sinais de Kent, usada durante o século XVII, que deu lugar à língua de sinais utilizada em Martha's Vineyard (Massachusetts) e que influenciou de maneira importante na língua de sinais americana (ASL).



Fonte: <http://planetageo.sites.uol.com.br/fmapas.htm>



O fluxograma 5 demonstra a influência da KSL na ASL, que tem também uma relação de parentesco com a LSF:



Como se observa mapear e organizar as línguas histórica e socialmente é uma tarefa fundamental para salvaguardá-las como bens humanos.

Agora é
com
você

Você conhece a história de sua comunidade Linguística? Como ela surgiu? Que influências teve de outras variedades e/ou línguas? Que tal pesquisar sobre isso?

Teremos atividades na plataforma moodle sobre estas questões.



UNIDADE 4

A DISTRIBUIÇÃO DAS LÍNGUAS

As línguas são distribuídas de modo desigual no mundo. Os falantes de apenas uma língua, o chinês mandarim, somam quase um bilhão de pessoas (quase 15% da população do mundo).

Se acrescentarmos as 7 línguas mais faladas no mundo (inglês, espanhol, hindi/urdu, árabe, russo, bengali, português), chega-se a uma porcentagem entre 40 e 45% da população mundial. Se esses 45% da população falam 8 línguas, os próximos 50% falam outras 300 línguas; e os últimos 5% falam as mais de 6.000 línguas restantes.

Assim percebemos a imensa desigualdade de distribuição das línguas. Enquanto uma língua (chinês mandarim) é falada por quase 1 bilhão de pessoas, existem centenas de línguas que são faladas por menos de 1000 pessoas, ou 100 pessoas, ou mesmo 10 pessoas, como no caso de algumas línguas indígenas brasileiras.

Mas, como destaca McCleary isso nem sempre foi assim.

“Antigamente havia muito mais línguas no mundo, apesar de a população ser menor. Cada local, cada grupo, tinha sua língua. A hegemonia das "grandes línguas" começou com a tecnologia da escrita e o estabelecimento das civilizações que dominavam grandes áreas geográficas e impunham suas línguas. Só no Brasil, estima-se que na época do descobrimento havia por volta de 1.175 línguas indígenas. Hoje há pouco mais de 180. Isso quer dizer que, nos últimos 500 anos, com a dominação da civilização europeia no Brasil, 1.000 línguas foram perdidas. Ainda hoje dezenas de línguas indígenas brasileiras estão ameaçadas de extinção. A morte de línguas continua acontecendo. Alguns linguistas estimam que, nos próximos 50 anos, 50% das línguas que existem hoje – 3500 dos quase 7000 línguas – vão morrer” (p. 9).



CONCEITOS-CHAVE EM SOCIOLINGUÍSTICA

Falares e dialetos

Quando as diferenças entre o jeito de falar de uma região e outra são poucas, podemos chamar essas maneiras diferentes de falar "falares". Quando as diferenças são numerosas e sistemáticas, e atingem não só a pronúncia e o léxico, mas também a gramática, podemos chamar as variedades regionais "dialetos". Para a Sociolinguística, "dialeto" significa uma variação regional.

O português brasileiro e o português europeu são considerados dialetos do português, e na escrita são quase idênticos. Mas o brasileiro que não está acostumado a ouvir o português europeu vai ter muita dificuldade de entender alguém falando fluentemente. Os linguistas consideram que atualmente as duas variedades são tão diferentes que constituem dois sistemas linguísticos distintos, ou seja, que são duas línguas diferentes.

Agora é
com
você

A libras é um dialeto da língua de sinais francesa?? No moodle temos atividades sobre isso?

Segundo McCleary, do ponto de vista linguístico, todas as variedades de uma língua têm o mesmo valor; não existe uma variedade "melhor" que outra. Mas do ponto de vista político e social, uma variedade é considerada a melhor: a variedade padrão. Mas se essa variedade padrão é uma das variedades, por que ela também não pode ser chamada dialeto? Basicamente não se costuma chamar a variedade padrão "dialeto" porque dialeto quer dizer uma variedade regional. A variedade padrão não é mais restrita a uma região. Ela representa todo um país. As pessoas que vivem nas várias regiões de um país podem falar dialetos diferentes, mas quando ouvem a variedade padrão, eles sentem que aquilo também pertence a eles. Alguns dos agentes de padronização são:



O estabelecimento da variedade como "língua oficial"

O uso da variedade em todos os documentos oficiais

O estabelecimento da variedade como a língua para a educação

A publicação de materiais didáticos na variedade

A publicação de gramáticas normativas baseadas na variedade

A publicação de dicionários baseados na variedade

O uso da variedade em revistas e jornais

O uso da variedade nos meios de comunicação (TV, rádio)

O uso da variedade na literatura

Propaganda sobre as "virtudes" da variedade

Não é necessário que todos esses meios sejam usados. Cada um contribui um pouco. O que se nota é que alguns dependem do poder político, e outros dependem do poder econômico (publicação, meios de comunicação) (p. 16)

Dica de Leitura!

Muitas vezes o excessivo valor atribuído à variedade padrão leva a uma perspectiva preconceituosa às demais variedades de uma mesma língua. Um excelente livro para se compreender melhor esta discussão é *Preconceito Linguístico O que é? Como se faz?* do autor Marcos Bagno.

Agora é
com
você

Há outros fenômenos pesquisados em sociolinguística, são eles: gírias, jargões, estrangeirismos, aportuguesamento, empréstimo, absorção. No moodle temos uma atividade específica sobre este assunto, acesse!

Línguas crioulas, pidgins e línguas francas

Uma língua crioula é uma língua nascida habitualmente em uma comunidade composta de origens diversas. Esta comunidade não compartilha previamente nenhuma língua, e como tem necessidade de se comunicar, se vê obrigada a valer-se de um idioma que não é o de nenhum



delas. O resultado é uma língua que toma o léxico (normalmente muito deformado) da língua imposta e que, no entanto, tem uma sintaxe que se parece mais a de outras línguas crioulas que à da língua materna. Os países africanos vivem esta realidade.

- Um **pidgin** é uma linguagem caracterizada por combinar os rasgos sintáticos, fonéticos e morfológicos de uma língua com as unidades léxicas de outra. O *pidgin* não é habitualmente de nenhum grupo étnico ou social; costuma ser a língua que emprega um imigrante em seu novo lugar de residência, ou uma língua franca usada em uma zona de contacto intenso de populações linguisticamente diferenciadas, como um porto muito ativo; os *pidgins* foram frequentes também nas colônias, misturando elementos da língua da nação dominante com os dos nativos e os escravos introduzidos nela.
- **Língua franca** (ou *lingua franca*) é o idioma adotado para um entendimento comum entre um grupo de várias coexistentes. A aceitação pode dever-se por mútuo acordo ou por questões políticas. Na Europa durante uma parte da antigüedad adoptaram-se como línguas francas o grego e o latim. No mundo atual, o inglês se apresenta como *lingua franca* especialmente nas organizações internacionais e nas publicações científicas de alcance internacional.

Línguas isoladas

Uma **língua isolada** é uma língua natural para a que não se provou nenhum parentesco com outra língua viva ou morta. Provavelmente, uma língua isolada é aquela que não pertence a nenhuma família de línguas propriamente dita (isto é, ela é o único membro de sua família). O ainu, o euskera, o buruchasqui ou burushaski e o sumerio são exemplos de línguas classificadas frequentemente como isoladas. Também na América existem línguas isoladas, como o mapuche (América do sul), o purépecha (México) ou o zuñi (Estados Unidos).

Línguas isoladas e quase isoladas

- **Pirahã**. Algumas línguas converteram-se em línguas isoladas em tempos históricos depois do desaparecimento de todas as demais línguas da família. Um exemplo é o pirahã, língua indígena do Brasil, último sobrevivente da família mura de línguas.

Também temos línguas de sinais consideradas isoladas ou quase isoladas:

Língua de sinais da Nicarágua, surgida na segunda metade do século XX;

Língua de sinais das planícies de Norteamérica (*Indian Sign Language, Great Plains Sign Language*);

Língua de sinais adamorobe, de Ghana.

Será que a língua de sinais no Brasil também sofreu crioulização? Você sabe a sua história?

Em 1855, D. Pedro II traz ao Brasil um professor surdo francês chamado H Ernest Huet, iniciando a educação dos surdos da Corte. No ano seguinte, é fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, hoje chamado de Instituto Nacional de Surdos (INES) que geralmente utiliza a Língua de Sinais no trabalho com os surdos lá atendidos. Em 1868, o cargo de diretor é passado a Tobias Leite e é estabelecida a obrigatoriedade do ensino da linguagem articulada e da leitura de lábios (MOURA, 1997).

Em 1889, o governo brasileiro determina que, por não estar apresentando resultados favoráveis, a linguagem articulada e a leitura de lábios devem ser ensinadas apenas àqueles alunos que mostram um bom aproveitamento sem prejudicar a escrita. Em 1897, reinicia-se o ensino da linguagem articulada, porém, esta só vem mostrar resultados favoráveis na administração do Dr. João Brasil Silvado (1903-1907). Em 1911, o INES, seguindo todas as tendências mundiais estabelece o oralismo puro dentro das classes, porém o uso de sinais ainda permanece até 1957, momento em que há proibição oficial (CARVALHO; LEVY, 1999).

Durante muitos anos, o Instituto teve um caráter educacional oralista visando a integração do surdo à sociedade ouvinte e, desde já, estigmatizando o indivíduo surdo não falante como incapaz, sendo imposto a ele o caráter de alguém que necessita de ajuda, da “caridade” e da assistência da pessoa ouvinte (MOURA, 1997).

É na década de 70 que chega ao Brasil a Comunicação Total, após a visita de uma professora de surdos a Gallaudet University, Ivete Vasconcelos, professora da Escola Santa Cecília, no Rio de Janeiro. Na década de 80, o Instituto Santa Terezinha, um internato em São Paulo voltado à educação dos surdos, deixa de utilizar a abordagem oral e passa a ter um enfoque bimodal (introdução da Língua de Sinais em sala de aula) para aquelas crianças que não se beneficiaram do oralismo imposto até então. O objetivo é propiciar o desenvolvimento pedagógico e também a oralidade, como ocorre até os dias atuais. É na década de 80, também, que são iniciadas as discussões a respeito do Bilinguismo no Brasil (CARVALHO; LEVY, 1999).

No Brasil, os estudos sobre as línguas de sinais se iniciam na década de 1980, por Ferreira-Brito e Felipe, seguidas por Karnopp e Quadros. (FERREIRA-BRITO, 1995; QUADROS, KARNOPP, 2004; FELIPE, 2006).



Além desta língua de sinais usada nos centros urbanos brasileiros, há o registro de outra língua de sinais no Brasil, a Língua de Sinais Urubu-kaapor, de uma comunidade indígena localizada na floresta amazônica, no norte do Maranhão. Os Kaapor ou Urubu-kaapor compõem uma população com dez aldeias e estima-se que, para cada setenta e cinco ouvintes, haja um surdo. Julga-se que hoje existam menos de dez Urubu-kaapor surdos. De acordo com os estudos de Jim Kakumasu (2004), esta língua diferencia-se da Língua de Sinais dos Índios da Planície Norte-americana, por ser intra-tribal e não inter-tribal. (Di DONATO, 2010).

As abordagens educacionais para surdos no Brasil, assim como no mundo, foram fortemente dominadas pelo Oralismo que veio perdendo sua força nos últimos 30 anos pelo baixo aproveitamento do surdo em geral e por influência de outras formas de comunicação vigentes. Podemos apresentar, assim, as principais formas de trabalho com o surdo.

Na filosofia de ensino Oralista, predominante nos cursos de formação de grande parte dos professores que ensinaram em instituições especializadas para surdos, a aprendizagem da fala era o ponto central. Seu objetivo principal era a integração da criança surda na comunidade de ouvintes, desenvolvendo, portanto a linguagem oral, enxergando a surdez como uma deficiência que deveria ser tratada e minimizada através da estimulação auditiva e com isto fazer com que o surdo desenvolvesse uma personalidade de ouvinte, alcançando assim a normalidade (CARVALHO; LEVY, 1999).

Durante muito tempo, as filosofias oralistas predominaram na área da educação das pessoas surdas e deficientes auditivas. Em muitos casos, o sucesso foi observado, entretanto, muitos surdos não alcançavam o uso da língua oral fazendo com que esta filosofia não atingisse os objetivos propostos. Com isso, na década de 60 surge a Comunicação Total e por volta de 1970-1980 a Comunidade Surda constrói uma forte organização e toma seu lugar na sociedade, onde a Língua de Sinais passou a ser divulgada (CARVALHO; LEVY, 1999).

Agora é
com
você

Como se observa, a trajetória da constituição da língua de sinais no Brasil foi de muita luta! E o português brasileiro? Você conhece a sua história de formação? No moodle temos uma atividade específica sobre isso.

Unidade 5

BILINGUISMO: SOCIAL E INDIVIDUAL

Cada nação tem sua língua ou línguas oficiais como, por exemplo, o Canadá que possui a língua inglesa e a francesa. Os países que possuem somente uma língua oficial são, politicamente, monolíngües, os que possuem duas ou mais são bilíngües.

Mas, em todos os países, existem minorias Linguísticas que por motivo de etnia e/ou imigração, mantêm suas línguas de origem, embora as línguas oficiais dos países, onde estas minorias coabitam, ou politicamente fazem parte, sejam outras. Este é o caso das tribos indígenas no Brasil e nos Estados Unidos e dos imigrantes que se organizam e continuam utilizando suas línguas de origem, como nos Estados Unidos e na França. Os indivíduos destas minorias geralmente são discriminados e precisam se tornar bilíngües para poderem participar das duas comunidades por estarem inseridos em comunidades Linguísticas que utilizam línguas distintas.

Nesses casos pode-se falar de bilinguismo social, já que uma comunidade, por algum motivo, precisa utilizar duas línguas.

Há também o bilinguismo individual que é a opção de um indivíduo para aprender outra língua além da sua materna, embora isso não seja uma necessidade de sua comunidade Linguística.

Trazendo essa temática para os Surdos, em todos os países, eles são minorias Linguísticas como outras, mas não devido à imigração ou à etnia, já que a maioria nasce de famílias que falam a língua oficial da comunidade maior, a qual também pertencem por etnia; eles são minoria Linguística por se organizarem em associações onde o fator principal de agregação é a utilização de uma língua gestual-visual por todos os associados. Sua integração está no fato de poderem ter um espaço onde não há repressão ou discriminação devido ao fato de poderem se expressar da maneira que mais lhes satisfazem para manterem entre si uma situação prazerosa no ato de comunicação.



Quando imigrantes vão para outros países, formando minorias Linguísticas ou guetos, a língua que trazem, geralmente, é a língua oficial de sua cultura, sendo respeitada, enquanto língua, no país para onde imigram, mas as línguas dos Surdos, por serem de outra modalidade - gestual-visual - e por serem utilizadas por pessoas consideradas "deficientes" - por não poderem, na maioria das vezes, expressarem-se como ouvintes - eram desprestigiadas e, até bem pouco tempo, proibidas de serem usadas nas escolas e em casa de criança surda com pais ouvintes.

Este desrespeito, fruto de um desconhecimento, gerou um preconceito e pensava-se que este tipo de comunicação dos Surdos não poderia ser língua e, se os surdos ficassem se comunicando por "mímica", eles não aprenderiam a língua oficial de seu país. Mas as pesquisas que foram desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa mostraram o contrário. Se uma criança surda puder aprender a língua dos sinais da Comunidade Surda de sua cidade à qual será inserida, ela terá mais facilidade em aprender a língua oral-auditiva da Comunidade Ouvinte, a qual também pertencerá (FELIPE, 1991).

Considerando que todas as línguas, em essência, são sistematizadas a partir de universais linguísticos, que as tornam linguagem humana, é preconceito e ingenuidade dizer, hoje, que uma determinada língua é superior a qualquer outra, mesmo em relação à modalidade, já que elas independem dos fatores econômicos ou tecnológicos, não podendo ser classificadas em desenvolvidas, subdesenvolvidas ou, ainda, primitivas (FELIPE, 1889).

As línguas se transformam a partir das comunidades Linguísticas que a utilizam. Uma criança surda precisará se integrar à Comunidade Surda de sua cidade para poder ficar com um bom desempenho na língua de sinais desta comunidade.

Como os surdos estão em duas comunidades, precisam manter esse bilinguismo social, e uma língua ajuda na compreensão da outra.

Unidade 6

BILINGUISMO EDUCACIONAL¹⁵

O contexto bilíngue configura-se diante da co-existência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a co-existência dessas línguas reconhecendo-as de fato atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que se está formando (Quadros; Schmiedt, 2006, p. 13).

Moura (1997) define o Bilinguismo como uma filosofia educativa que permite o acesso pela criança, o mais precocemente possível, a duas línguas: a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa na modalidade oral (aqui no Brasil). Para Brito (1995), numa linha bilíngue, o ensino do português deve ser ministrado para os surdos da mesma forma como são tratadas as línguas estrangeiras, ou seja, em primeiro lugar devem ser proporcionadas todas as experiências Linguísticas na primeira língua dos surdos (língua de sinais) e depois, sedimentada a linguagem nas crianças, ensina-se a língua majoritária, (a Língua Portuguesa) como segunda língua.

Assim como a Comunicação Total, a prática bilíngue possui também aspectos variantes. Esses aspectos são explicados por Moura (1997) da seguinte forma: o momento em que devem ser introduzidas as experiências sistemáticas com a segunda língua; a ênfase na modalidade falada e escrita (há quem defenda a aquisição da língua majoritária só na modalidade escrita); e à extensão em que se considera o processo de identidade cultural da pessoa surda que convive em comunidades de surdos e de ouvintes, caracterizando-se como um ser bicultural ou não, isto é, o nível de vinculação com a língua, de identidade cultural e de participação em comunidades ouvintes e de surdos.

¹⁵ Este tópico foi escrito com base na dissertação de mestrado de Delgado, 2008.



De acordo com a concepção socioantropológica, a surdez é compreendida como experiência visual (SKLIAR, 1997), desestabilizando ideias preconcebidas sobre a chamada normalidade. Tal experiência visual, segundo o autor, não é restrita a uma capacidade de produção e compreensão especificamente Linguística ou a uma modalidade singular de processamento cognitivo, mas que se traduz em todos os tipos de significações, representações e/ou produções do surdo, seja no campo intelectual, linguístico, ético, estético, artístico, cognitivo, cultural, etc.

A questão da língua de sinais está intimamente relacionada à cultura surda. Esta, por sua vez, remete à identidade do sujeito que (con)vive, quase sempre, com as duas comunidades (surda e ouvinte).

Partindo desse pressuposto, a proposta de ensino bilíngue para as minorias Linguísticas tem se mostrado não somente a alternativa mais ética, mas também a mais eficaz no sentido de otimizar o desenvolvimento linguístico, cultural, cognitivo e psicológico e, conseqüentemente, o potencial acadêmico de crianças de grupos minoritários, como é o caso dos surdos (LEITE, 2004).

Segundo Quadros e Schmiedt (2006), o contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da co-existência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a co-existência dessas línguas reconhecendo-as de fato e atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que se está formando.

Segundo Lacerda (2000), a abordagem bilíngue para a educação de surdos preconiza que este deve ser exposto o mais precocemente possível a uma língua de sinais, identificada como uma língua passível de ser adquirida por ele sem que sejam necessárias condições especiais de “aprendizagem”. A proposta educacional que envolve a língua de sinais permite o desenvolvimento rico e pleno da linguagem, possibilitando ao surdo um desenvolvimento integral. A proposta de educação bilíngue defende, ainda, que também seja ensinada ao surdo a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido, em sua modalidade oral e/ou escrita, sendo que esta será ensinada com base nos conhecimentos adquiridos por intermédio da língua de sinais. Nesse modelo, o que se propõe é que sejam aprendidas duas línguas, a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário.

Para que as interações possam fluir, a criança surda deve ser exposta o mais cedo possível à língua de sinais, aprendendo a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar. Ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e sua competência Linguística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua falada, do grupo majoritário, como segunda língua, tornando-se bilíngue, numa modalidade de bilinguismo sucessivo (LACERDA, 2000).

Observamos, então, que o objetivo da educação bilíngue é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua do grupo majoritário.

A filosofia bilíngue possibilita também que, dada a relação entre o adulto surdo e a criança surda, esta possa construir uma auto-imagem positiva como sujeito, sem perder a possibilidade de integrar-se numa comunidade de ouvintes. A língua de sinais poderia ser introjetada pela criança como uma língua valorizada, o que até hoje tem sido bastante difícil, apesar de ocupar um lugar central na configuração das comunidades surdas (MOURA, 1993).

O uso acadêmico da língua de sinais mostra-se bastante complexo. As escolas especializadas no atendimento aos surdos, em geral, contam com professores ouvintes que fazem uso insatisfatório da língua de sinais. Muito freqüentemente, a língua de sinais é usada como apoio para a linguagem oral e não como uma língua propriamente dita (MOURA, 1993). Além disso, tais escolas não possuem uma pedagogia desenvolvida para esse fim e acabam servindo-se de estratégias pedagógicas desenvolvidas para os ouvintes, o que dificulta ainda mais a aprendizagem dos surdos (TRENCHÉ, 1995). Em contrapartida, ao optar pela inserção do aluno surdo na escola regular, isso precisa ser feito com certos cuidados que visem garantir sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, considerando as peculiaridades Linguísticas desses sujeitos.

Vejamos os exemplos na cidade de João Pessoa- PB:

Em levantamento feito em 2010 foram encontradas 19 instituições públicas (estaduais e municipais), privadas e filantrópicas que atendem a surdos. Como disposto na tabela a seguir:



Tabela 1: Instituições de Ensino que atendem Surdos na cidade de João Pessoa
(CAVALCANTE ET AL, 2010)

Instituição	Rede	Quantidade de Alunos Surdos
Escola 1	Estadual	70
Escola 2	Estadual	54
Escola 3	Estadual	20
Escola 4	Estadual	16
Escola 5	Estadual	21
Escola 6	Estadual	02
Escola 7	Estadual	17
Escola 8	Estadual	08
Escola 9	Federal	04
Escola 10	Filantrópica	56
Escola 11	Municipal	05
Escola 12	Municipal	01
Escola 13	Municipal	06
Escola 14	Municipal	20
Escola 15	Municipal	16
Escola 16	Municipal	10
Escola 17	Municipal	04
Escola 18	Municipal	04
Escola 19	Privada	04

São 08 (oito) escolas da rede estadual, 08 (oito) da rede municipal, 01 (uma) da rede federal, 01 (uma) da rede privada e 01 (uma) filantrópica.

Como se pode observar em algumas escolas o quantitativo é bastante significativo (por exemplo na escola 1; 2; e 10), mas como é o ensino nestas escolas de João Pessoa e no país como um todo?

Agora é
com
você

No moodle temos uma atividade específica sobre isso!!
Participe!!

Uma possibilidade de inserção do aluno surdo nas classes regulares é ele ser acompanhado de um intérprete de língua de sinais. Dessa forma, o aluno recebe a informação escolar na língua de sinais, que é sua língua de domínio, de uma pessoa com competência nessa língua.

Sabemos, entretanto, que muitas vezes o intérprete não apresenta um conhecimento suficiente dos vários conteúdos específicos que são ministrados em sala de aula. Isso pode influenciar nas ideias transmitidas devido à falta de conhecimento daquele conteúdo em especial. O professor ouvinte ministra suas aulas sem se preocupar em como passar esta ou aquela informação em sinais, atuando em uma língua que domina.

É preciso que haja um reconhecimento de que os alunos necessitam de apoio específico, de forma permanente ou temporária, para alcançar os objetivos finais da educação e, então, devem ser oferecidos, por exemplo, apoios tecnológicos e humanos. Um desses apoios humanos é o intérprete de língua de sinais.

De acordo com o Ministério da Educação do Brasil

“as garantias individuais do surdo e o pleno exercício da cidadania alcançaram respaldo institucional decisivo com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que é reconhecido o estatuto da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda, com implicações para sua divulgação e ensino, para o acesso bilíngue à informação em ambientes institucionais e para a capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos” (BRASIL, 2002, v. 2, p. 62).



A proposta de educação bilíngue sugere-nos mudanças que se mostram necessárias, sendo a mais importante delas o respeito à língua de sinais como língua natural e de direito do surdo. Outra mudança refere-se à condição bilíngue do surdo, ou seja, ele deverá ter acesso à língua de sinais por meio do contato com a comunidade surda (dado o fato de 95% dos surdos serem filhos de pais ouvintes e adquirirem tardiamente a língua de sinais), possibilitando que a língua majoritária, oral e escrita, seja trabalhada como segunda língua. Portanto, o surdo deverá ser bilíngue, pois este modelo parte do reconhecimento de que devem ter contato com duas línguas, sendo uma destas a língua de sinais (SANCHEZ, 1990).

E “quando o bilinguismo afirma que as línguas de sinais dos surdos são línguas naturais, reivindica para a Língua de Sinais o mesmo *status* linguístico de todas as línguas naturais” (*op.cit.*, p. 1). Nessa perspectiva, a aceitação de uma língua implica sempre a aceitação de uma cultura, conforme lembra Behares (1993). Para este autor, a passagem para a educação bilíngue significa uma mudança ideológica com respeito à surdez e não uma mudança meramente metodológica. Afirma que a educação bilíngue se propõe a transformar a educação dos surdos em uma pedagogia socializada, abandonando as práticas clínicas e terapêuticas.

Tal experiência pode ampliar as discussões sobre os caminhos no trabalho com alunos surdas. O surdo precisa ser respeitado em sua condição Linguística e, na medida em que tal condição é respeitada, ele pode se desenvolver e construir novos conhecimentos de maneira adequada e satisfatória. Mas, para que isso ocorra, é preciso que sejam geradas algumas condições especiais, respeitando e propiciando o desenvolvimento e o uso de sua linguagem (QUADROS, SCHMIEDT, 2006).

Dica de Leitura!

Sobre o bilinguismo na comunidade surda, sugerimos o artigo de Ronice Quadros: *O bi do bilinguismo na educação de surdos* In: *Surdez e bilinguismo*.1 ed.Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36. Temos uma versão em pdf do artigo no moodle! Acesse!



Unidade 7

A LÍNGUA COMO BEM CULTURAL

Até agora vimos o quanto a relação entre língua e sociedade, vista sob a perspectiva da Linguística discute temas relevantes. Nesta última unidade, procuraremos focar as diversas ações institucionais e de políticas públicas que visam reconhecer a língua como um bem cultural e identitário de uma comunidade. Para isso, apresentaremos algumas leis e decretos vigentes que legislam sobre as línguas brasileiras. Línguas brasileiras no plural porque sabemos que o Brasil é um país plurilíngue com uma língua oficial majoritária – o português brasileiro – mas com diversas outras línguas pertencentes a comunidades diversas, tais como a LIBRAS.

As línguas faladas no Brasil são classificadas em cinco categorias histórico-sociológicas, de acordo com sua origem histórica e cultural e sua natureza semiótica. Podem ser:

- Indígenas
- de comunidades Afro-Brasileiras
- de Imigração
- de Sinais
- Crioulas
- Língua Portuguesa do Brasil e suas variações dialetais

O MEC tem desenvolvido políticas educativas específicas visando educação plurilíngue em áreas indígenas (principalmente na região norte) e de imigração (principalmente na região sul do país).



DICA DE PESQUISA: Acesse o site do MEC no endereço sugerido e procure pelas ações desenvolvidas visando o plurilinguismo no Brasil. No moodle você encontrará o site!



Sabemos que as políticas específicas de fomento à educação respeitando a diversidade Linguística são um instrumento de salvaguarda dessas línguas como bem cultural. No Brasil algumas leis e decretos foram instituídos visando a manutenção deste bem cultural que é a língua de uma comunidade. Po exemplo no caso da LIBRAS, temos a **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002, que** dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências; e o **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.**



DICA DE PESQUISA: No moodle há links que você pode acessar para ver outras leis e decretos referentes às diversas línguas presentes no Brasil, acesse!

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)

O que é o INDL?

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) é instrumento de levantamento e registro das línguas faladas pelas comunidades Linguísticas brasileiras. Foi criado através do Decreto nº. 7.387, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, assinado em 09 de dezembro de 2010.

A ideia deste inventário constitui-se numa ação inédita do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e contribuirá e muito para o registro e proteção das línguas existentes em território brasileiro. Estas línguas são constitutivas da história e da cultura do Brasil. Devem ser entendidas como referências culturais da nação, tal qual ocorre com outros bens de natureza material ou imaterial. São elas:

- Línguas indígenas;
- Línguas de comunidades Afro-Brasileiras;
- Línguas de Imigração;
- Línguas de Sinais;
- Línguas Crioulas;
- Língua Portuguesa brasileira e suas variações dialetais



O Inventário visa a dar visibilidade à pluralidade Linguística brasileira e a permitir que as línguas sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso.

Os resultados do Inventário Nacional da Diversidade Linguística serão expressos em um formulário, único para todas as línguas, de modo que se possa ter uma visão geral e comparável da diversidade Linguística do Brasil. Seu preenchimento será relativo aos itens relevantes ou possíveis para cada língua ou categoria de línguas (por exemplo: o item *literatura escrita* ficará em branco para línguas em que não se produziram textos escritos).

Escopo geral do Inventário

Por inventário entende-se o formulário que recebe os resultados da pesquisa de uma língua, orientando a visão dos grupos de trabalho para determinados pontos, julgados necessários para se avaliar o estado da língua inventariada: número de falantes, território, grau de reprodução intergeracional, entre outros; e a criação de planos de salvaguarda coerentes com os resultados que se pretende alcançar. Esses inventários vão integrar um banco de dados denominado Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil. Cada língua terá seus dados, coletados segundo diversas metodologias, apresentados no seguinte formulário, composto das seguintes seções:

- I. Apresentação
- II. Introdução
- III. Identificação da língua
- IV. Demografia
- V. Caracterização Linguística e histórico-cultural
- VI. Distribuição geográfica
- VII. Usos na sociedade
- VIII. Ações sobre a língua
- IX. Literatura oral e escrita
- X. Produção Audiovisual
- XI. Estudos sobre a língua
- XII. Acervo



A produção do inventário

O formulário de dados terá um campo para registro de falantes de outras línguas que não a língua que está sendo pesquisada, porque muitas vezes os movimentos migratórios levaram falantes de línguas de uma região para regiões remotas em relação à origem da comunidade Linguística em questão. Isso vale, sobretudo, para as comunidades plurilíngues e servirá para encontrar falantes da língua em lugares insuspeitados, causa de deslocamentos e migrações muitas vezes de longo prazo. O grupo de pesquisa precisará, portanto, garantir visitas de campo nos lugares onde a presença da língua é variável, isto é, onde há falantes e não-falantes, e onde há falantes de mais de uma língua em uma única localidade.

O INDL possibilitará um levantamento bibliográfico prévio das línguas, incluindo seu nome e as referências bibliográficas sobre ela. Pressupõe também um sistema informatizado para inclusão desses dados bibliográficos, que ficarão à espera dos dados aportados pelos grupos de pesquisa. O intuito é que esses dados sejam disponibilizados via internet para qualquer cidadão brasileiro.

Antes da implantação do INDL, que se dará a partir de 2011, foram desenvolvidos projetos-piloto, coordenados por linguistas, com oito línguas diferentes (entre 2009 e 2010), tanto nas áreas rurais como nos ambientes urbanos. Para isso, foram desenvolvidas parcerias do IPHAN com diversas instituições:

ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística;

UNESP – Universidade Estadual Paulista;

USP – Universidade de São Paulo;

UNB – Universidade de Brasília;

UFPB – Universidade Federal da Paraíba;

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco;

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;

UCS – Universidade de Caxias do Sul

Museu Nacional;

MPEG– Museu Paraense Emílio Goeldi;

IPOL – Instituto de Políticas Linguísticas;



As línguas inventariadas no projeto-piloto foram as seguintes:

Língua indígenas

- Inventário da LÍNGUA JURUNA
(Coordenadora: Cristina Martins Fargetti / UNESP)
- A Língua ASURINÍ do Tocantins: projeto-piloto para a metodologia geral do INDL
(Coordenadora Ana Suely Cabral/ UNB)
- Inventário da LÍNGUA AYURU
(Coordenadora Ana Vilacy Galucio / MPEG)
- Levantamento sócio-linguístico e documentação da língua e das tradições culturais das COMUNIDADES INDÍGENAS NAHUKWA E MATIPU DO ALTO-XINGU
(Coordenadora Bruna Franchetto / Museu Nacional/UFRJ)
- Inventário da LÍNGUA GUARANI-MBYÁ - língua indígena de grande população e extensão territorial
(Coordenadora Rosângela Morello / IPOL)

Língua de imigração

- Inventário do TALIAN
(Coordenadora Marley Pertile/ UCS)

Língua de comunidade afro-brasileira

- Levantamento etnolinguístico de COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS: MINAS GERAIS E PARÁ
(Margarida Petter e Márcia Oliveira / USP)

Língua de Sinais

- A LIBRAS no Nordeste - um levantamento sociolinguístico das variantes usadas nas comunidades de surdos de João Pessoa-PB e Recife-PE
(Coordenadoras: Marianne Cavalcante/UFPB; Evangelina Faria/UFPB; Wanilda Cavalcanti/ UNICAP)



Além de permitir uma melhor estimativa de custos e prazos para o inventário e, portanto, garantir editais mais adequados, os projetos-piloto serviram para a divulgação do programa do inventário da diversidade Linguística e para orientar as entidades proponentes, que poderão se preparar melhor para o trabalho e elucidar dificuldades metodológicas.

Como se vê, o INDL constitui-se num instrumento de consolidação das línguas como um bem cultural.



Para saber mais: No moodle há uma listagem dos sites dos projetos-piloto desenvolvidos no âmbito do INDL, acesse!

Como vimos ao longo desta disciplina, as questões que envolvem a sociolinguística são amplas e instigantes, ao final deste semestre esperamos que você tenha aproveitado esta diversidade! Obrigada pela participação!

Abaixo trazemos uma lista de livros básicos para esta disciplina e que deverão estar disponíveis na biblioteca de seu pólo!

LIVROS SUGERIDOS

BAGNO, M. Preconceito Linguístico: o que é como se faz? Ed. Loyola, 2005.

BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua materna: letramento, variação e ensino.** Ed. Parábola, 2006.

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula. Ed. Parábola, 2008.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística.** Ed. Ática, 1982.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. O. C. **Leitura e surdez**: um estudo com adultos não-oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**: o que é como se faz? Ed. Loyola, 2005.
- Bagno, M.; Stubbs; Gagné. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. Ed. Parábola, 2006.
- BAKER, C.; COKELY, D. *American sign language: a teacher's resource text on grammar and culture*. [s.l., s.n.] 1980 IN: QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística em sala de aula. Ed. Parábola, 2008.
- BOUVET, D. 1990 IN: LACERDA, C. B. F. *A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos*. **Caderno Cedes**, ano XX nº 50, p. 70-83, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50a06v2050.pdf>. Acesso em: 18.04.2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ensino de língua portuguesa para surdos**, v. 2. Brasília, 2002.
- BRITO, L.F. **Por uma gramática da Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.
- BROCHADO, S. M. D. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2003.
- CAETANO, K.E. **Pressupostos linguísticos sobre a aquisição da língua escrita na educação de surdos**. Acesso em: 07/04/2007. Online (http://www.letras.ufrj.br/abralin/boletim/boletim21_tema61.html).
- CARVALHO, A.P.P.; LEVY, C.C.A.C. *A História dos Surdos contada por ouvintes*. In: LEVY, C.C.A.C.; SIMONETTI, P. **O surdo em si maior**. São Paulo: Roca, 1999.
- CASTRO, A. R.; CARVALHO, I. S. **Comunicação por língua brasileira de sinais**. 2. ed. Brasília: Senac, 2005.
- CICCONE, M. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.
- QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- DORZIAT, A.; FIGUEIREDO, M.J.F. **Problematizando o ensino de Língua Portuguesa na educação de surdos**. Espaço: informativo técnico-científico do INES. nº 18/19. Rio de Janeiro: INES, 2003.
25
- FAMULARO, F. 1999 IN: LACERDA, C. B. F. *A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos*. **Caderno Cedes**, ano XX nº 50, p. 70-83, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50a06v2050.pdf>. Acesso em: 18.04.2007.
- FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. São Paulo: Artmed, 2003.
- _____ **Problemas cognitivos e linguísticos dos surdos**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- FONSECA, V. R. J. R. M. (org.) **Surdez e deficiência auditiva**: a trajetória da infância à idade adulta. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.



GÓES, C. **Linguagem, surdez e educação**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

GUARINELLO, A.C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

HALL, R.A. An essay on language. Filadelfia / Nova York: Chilton Books, 1968. IN: QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HICKOK; BELLUGI; KLIMA; *Como o cérebro humano processa a língua? Novos estudos sobre os sinais dos surdos sugerem uma resposta*. IN: **A língua de sinais no cérebro**. Revista Scientific American. Edição Especial. Brasil, 2005.

KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais e Língua Portuguesa: em busca de um diálogo*. IN LODI, A. C. B. & Harrison, K. M. P. & TESKE, O. (orgs). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2002.

KLIMA; BELLUGI, 1979 IN: LACERDA, C. B. F. *A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos*. **Caderno Cedes**, ano XX nº 50, p. 70-83, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50a06v2050.pdf>. Acesso em: 18.04.2007.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Ed. Parábola.

LACERDA, C. B. F. *A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos*. **Caderno Cedes**, ano XX nº 50, p. 70-83, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50a06v2050.pdf>. Acesso em: 18.04.2007.

LEITE, T.A. **O ensino de segunda língua com foco no professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira**. Dissertação de Mestrado em estudos linguísticos e literários em inglês. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2004.

LOEW, R. Learning american sign language as a first language: roles and reference, 1980 IN: QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

McCLEARY, L. **Sociolinguística**. Curso Licenciatura em Letras-libras. UFSC, 2007.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

ALKHMIN, T. *Sociolinguística*. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. Vol.1. São Paulo: Cortez, 2001. (p.21-47)

NASCIMENTO, L.C.R. **Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier**. Dossiê. Grupo de estudos e educação. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.253-262, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592.

PERLIN, G. *Identidades surdas*. IN: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

POIZNER; NEWKIRK; BELLUGI; KLIMA, 1981 IN: QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SACKS, O. W. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAUSURRE, F. **Curso de Linguística geral**. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SKLIAR, C. **La Historia de los Sordos**: Una Cronología de Malos Entendidos y de Malas Intenciones. Trabalho apresentado no III Congreso Latinoamericano de Educación Bilingüe para los Sordos. Mérida. Venezuela, 1996.

_____ Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. IN: SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153. (Cadernos de autoria, 2).

SOUSA, W. P. A. **Os movimentos discursivos: interações entre crianças surdas e entre surdos e ouvintes**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal da Paraíba, 2006.

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta?** Campinas: Martins Fontes, 1998.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. Ed. Ática, 1982.

